

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato ---
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 41.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 9 de Abril de 1973 — (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os srs. Deputados Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Paulo Camargo e Rosário Pitelli. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 42 srs. Deputados.

Em discussão as seguintes Proposições:

1) — Discussão única — da Proposição n.º 149-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 176-70, de autoria do Deputado Paulo Poli, que, autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual em Guaraniáçu e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

2) — Discussão única — da Proposição n.º 159-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 273-70, de autoria do Deputado Wilson Fortes que cria o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito do Município de Umuarama. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. **Rejeitado o Projeto mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10 terça-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — das Proposições n.ºs 160-72 e 174-72.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 42.ª Sessão Ordinária Realizada em 9 de Abril de 1973 — (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Paulo Camargo e Rosário Pitelli. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFFÍCIOS:

Sob o n.º 449-73, do Senhor Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que em data de 13 do mês próximo passado por proposição do Senhor Conselheiro Nacim Bacillá Neto foi consignado em ata um voto de louvor ao senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, pela deferência do Senhor Governador, delegando-lhe a liderança do Governo no Legislativo. — Ao conhecimento do Senhor Deputado Interessado.

Sob o n.º 120, do Senhor Deputado Levy Neves, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Poder Legislativo. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Antonio Costa, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Leis n.ºs 23.73, 37.73, 38.73 e ao Projeto de Resolução n.º 12-73.

— de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 211-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário a inclusão na Ata dos trabalhos de hoje de um voto de pesar pelo falecimento do senhor Hiro Vieira, ex-prefeito Municipal de Mandaguáçu.

O referido cidadão exerceu as funções de Prefeito Municipal, tendo realizado obras que em muito contribuíram para o grande desenvolvimento da cidade, sendo por isso muito estimado pela população.

Do requerido, solicita-se dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1973.

(a) — Jorge Sato

Requerimento

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, vem na forma regimental requerer, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do senhor Hiro Vieira ex-Prefeito de Mandaguáçu ocorrido em data de ontem.

Outrossim, requer ainda seja dado ciência à família enlutada naquela localidade.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1973.

(a) — Antonio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento em trágico acidente das Senhoras, Neuza Bchara esposa do Promotor Público Antonio Marçal de Jesus Bchara, e Amélia Tauli, esposa do Senhor Tauffil Tauli. Solicita outrossim, que do presente se dê conhecimento às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1973

(a) — Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, Requer um voto de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Cascavel pela passagem de seu 12.º aniversário. A mesma vem nestes 12 anos prestando relevantes serviços à Indústria e Comércio, daquele progressista Município.

Outrossim, requer ainda que, da decisão desta Casa dê-se ciência a mesma através de seu Presidente Senhor Eurides Parmigiani.

Sala das Sessões em 9 de abril de 1973.

(a) — Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente Sessão um voto de regozijo e de congratulações ao Exmo. Sr. Ministro Mozart Victor Russomano, eminente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, pela visita que S. Exa. vem de fazer ao nosso Estado, para inteirar-se dos assuntos relacionados à Justiça do Trabalho oportunidade em que deu a conhecer "que a criação de novos órgãos da Justiça do Trabalho no Paraná, depende única e exclusivamente do empenho, do trabalho e interesse de todos, dos poderes constituídos das classes representativas e das nossas universidades".

Disse o Ministro ainda relativamente à criação do Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba, que a idéia é antiga e que ele pessoalmente está comprometido com ela e tem o dever e obrigação de defendê-la, ressaltando "Mas para isto precisa ser feito um trabalho em conjunto com os dirigentes sindicais, com o Governo do Estado, com o Poder Legislativo, com as classes empresariais e economicas com as universidades através de seus Departamentos Jurídicos e da própria Ordem dos Advogados do Brasil-Secção do Paraná".

Essas, Sr. Presidente, as razões que fundamentam o presente requerimento, do qual se aprovado solicita-se seja dado conhecimento àquela autoridade de cuja visita muito honrou o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1973.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno após ouvido o Plenário, respeitosamente...

Requer o encaminhamento de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de adoção de providências necessárias ao reparo de telhado do Grupo Escolar "São Paulo Apóstolo", localizado no bairro "Uberaba".

A solicitação encontra ampla justificativa no propósito em colaborar com a Pasta de Educação, em seu empenho em proporcionar condições de ensino aos estudantes do Paraná e na ciência de que inúmeras goteiras, em dias de chuvas, provocam interrupções de aulas prejudicando, inclusive o desempenho, de normalistas que, em estágio são designadas para ministrar aulas no estabelecimento.

Tratando-se do problema de fácil solução espera o signatário mereça o apelo a acolhido que o seu alcance justifica e as urgentes providências que o problema reclama.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1973.

(a) — Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Olavo Ferreira, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna, nesta tarde, para agradecer, primeiramente, a incumbência que recebemos desta Casa, juntamente com os Srs. Deputados Lázaro Dumont, Antônio Belinati e Alvaro Dias, para representá-la na 10.ª Exposição Agro Pecuária, realizada em Londrina.

Seria desnecessário falarmos sobre o sucesso dessa Exposição, porque, através da imprensa, não só de Londrina, mas de todo o Estado, amplamente

foi divulgado o sucesso alcançado por essa Exposição que é uma das maiores do País.

Sr. Presidente, queremos aproveitar a oportunidade, porque V. Exa. está ocupando a Presidência desta Casa, para fazer um agradecimento, porque V. Exa. quando interinamente ocupava o Governo do Estado, a nosso pedido — nos moldes de um decreto presidencial — também lavrou um decreto abonando as faltas de todos os funcionários estaduais e autárquicos que desejarem comparecer à Convenção Internacional do Lyon's Internacional, a ser realizada em Miami Beach, no dia 25 de junho deste ano.

Sr. Presidente, essa Convenção apresenta um caráter excepcional, diferente das demais convenções internacionais já realizadas. É que nessa Convenção, temos a certeza, que mais de 3 ou 4 mil brasileiros estarão presentes, e se elegerá o 3.º Vice-Presidente, o companheiro Fernando Sobral. E não há quem não conheça Fernando Sobral no mundo das finanças e dos colaboradores do Gabinete do Ministro Delfim Neto. E com a eleição desse Companheiro para a 3.ª Vice-Presidência do Lyons Internacional, dentro de três anos estaremos ocupando a Presidência da Diretoria Internacional. Um brasileiro, que liderará alguns milhares de homens de todo o mundo — para honra do Brasil, num cargo de tão grande importância. O Sr. Presidente da República está tão interessado na eleição de Fernando Sobral que, especialmente enviará a Banda dos Fuzileiros Navais, a fim de que, na grande parada após a eleição desse Companheiro, se faça presente essa Banda, como presentes estarão 3 ou 4 mil brasileiros. E daqui do Paraná, cerca de 120 paranaenses estarão dando seu voto, sua colaboração, para a vitória desse Companheiro brasileiro na Diretoria Internacional.

Portanto, Sr. Deputado João Mansur, queremos agradecer a V. Exa., quando Governador interino deste Estado, lavrou esse decreto dando oportunidade a que muitos "leões", funcionários públicos, tendo suas faltas abonadas, possam comparecer — como vão comparecer — a essa grande Convenção de Lyons Internacional que se realizará em Miami Beach.

Sr. Presidente, nossos agradecimentos em nome dos Companheiros, do Governador e em meu nome próprio, como Conselheiro Internacional, por esse ato de V. Exa. dando a oportunidade que desejavam os Companheiros de corporação, prestigiando para que um brasileiro ocupasse tão alto cargo dentro desse organismo internacional.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna na tarde de hoje para tratar de um assunto interno da Casa. Trata-se, Sr. Presidente, de que a maioria dos Srs. Deputados, porque não dizer quase a totalidade, passa quase que o dia inteiro nesta Casa, funcionando em seus gabinetes. E encontram grandes dificuldades com relação aos telefones existentes nesta Casa. É uma dificuldade imensa, não que as telefonistas que trabalham nesta Casa não desempenhem bem suas funções. Muito pelo contrário, elas trabalham com uma dedicação exemplar, digna de louvores. Mas a verdade é que se faz necessário nesta Casa, Sr. Presidente, e eu já por várias vezes tenho mantido contato com os Srs. Deputados relatando e trocando idéias com relação a esse problema, e não temos ainda encontrado nenhuma solução.

Nestas condições, apresento o seguinte pedido de informações à Comissão Executiva para podermos estar a par das providências que a Comissão Executiva, tenho certeza, irá tomar neste sentido.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

"R e q u e r i m e n t o"

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, na forma regimental, requer, com a devida venia, da Comissão Executiva da Casa que lhe sejam prestadas as seguintes informações:

- 1) Qual o número de aparelhos telefônicos, com ligação direta externa, em funcionamento na Casa?
- 2) Onde se encontram instalados os referidos aparelhos?
- 3) Se existem possibilidades de aquisições de novas linhas telefônicas, dada a enorme dificuldade que enfrentam os Senhores Deputados para conseguirem ligações externas?

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1973.

(a) — FABIANO BRAGA CORTES"

Este requerimento, Sr. Presidente, creio eu, transmite o pensamento da maioria dos Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho aqui, rapidamente, neste Pequeno Expediente, tão somente para colocar um reparo às recentes declarações feitas à imprensa pelo Exmo. e eminente Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, Ministro Mozart Vitor Russomano, quando afirmou que o Paraná não tem ainda um Tribunal Regional do Trabalho, por culpa e omissão dos órgãos e das classes políticas paranaenses. Infelizmente, por amor a verdade devo dizer que S. Exa. não está bem informado. O Estado do Paraná luta, por vários anos, pela criação de seu Tribunal Regional do Trabalho.

Os advogados que militam no fóro trabalhista sabem como demoram os julgamentos no Tribunal Regional de São Paulo. Houve uma tentativa de tirar a jurisdição do Estado do Paraná de São Paulo e passar para Porto Alegre. Mas seria pior a emenda que o soneto. Tornar-se-ia ainda mais difícil. Nova tentativa surgiu recentemente com a próxima possível criação de um Tribunal Regional em Brasília com jurisdição em Mato Grosso, o qual atenderia o Paraná. Seria, também, pior esta última emenda.

Daí porque, vamos fazer justiça. Tanto o Governo do Estado como a Assembleia Legislativa, por meu intermédio, levantou esta bandeira; em 1972 o Deputado Lázaro Dumont levantou a nossa bandeira nesta Casa; a Federação do Comércio, a Federação da Indústria dos Empregados, muito recentemente, entregaram, pela terceira vez, Memorial contendo todos os dados e instrumentos para se pedir a criação de um Tribunal Regional do Trabalho.

Fica este registro porque temos memória, graças a Deus, e estamos alertas com respeito a todos os problemas atinentes ao nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Temos a satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Sr. Prefeito Municipal de Alto Piquiri.

Está encerrado o Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente e concedemos a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na Tribuna no dia de hoje é, de uma certa forma, para nos congratularmos com S. Exa. o Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, Prof. Russomano que manteve contato com todas as classes empresariais e representativas de trabalhadores e, também, com as classes liberais do Estado do Paraná para, juntamente com as mesmas, debater a viabilidade da criação do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Paraná e, também, a criação de novas Juntas de Conciliação.

Prestamos bastante atenção às palavras do orador que nos antecedeu, Deputado Antônio Lopes Júnior, quando disse que o Poder Político do Estado do Paraná não esteve omissos na questão da vinda da justiça trabalhista para o nosso Estado. Desde 1943, há trinta anos portanto, que as classes trabalhistas fazem pronunciamentos, encaminham memoriais solicitando a criação do Tribunal Regional do Trabalho no Estado do Paraná.

Talvez esta tenha sido a primeira vez que um Ministro Presidente de um Superior Tribunal vem ao nosso Estado e, num debate franco e amável, expõe o seu pensamento de, se possível, determinar a criação do Tribunal Regional em nosso Estado.

Na entrevista coletiva que S. Exa. concedeu à imprensa e no discurso que proferiu no jantar, no último dia 6, o Prof. Russomano enfatizou, muito bem, que não seria totalmente uma omissão do Governo do Estado e nem da classe política.

Devemos reconhecer que, lamentavelmente, a classe política não se fez representar de uma maneira muito generosa. Tivemos o exemplo sexta-feira última quando este Deputado por duas ou três vezes transmitiu o convite e nenhum Deputado se fez presente ao jantar. A classe política não se interessou muito pelo jantar oferecido ao Presidente do Superior Tribunal do Trabalho. Estivemos presente a esse encontro como membro da Comissão de Convite e como representante de Sindicatos do Estado do Paraná e não propriamente dito como Deputado representante deste Poder, o que nós temos sentido é de que, infelizmente, os nossos pronunciamentos de Deputados Estaduais e Deputados Federais são muito esparsos, muito demorados. Nós lembramos que em 1971 quando do nosso primeiro pronunciamento na Assembleia Legislativa, abordamos o problema da criação do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado, quando, naquela época, foi entregue um Memorial assinado por todas as entidades representativas do Paraná, todas elas.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, talvez não tenha entendido o que V. Exa. pretendia dizer, mas entendo que o Ministro está procurando se livrar de uma responsabilidade que é dele, do Governo Federal, e transferi-la para nós. Lamento que V. Exa. concorde com a ação do Sr. Ministro achando que nós devemos jantar com o Ministro para que ele crie aqui o Tribunal Regional do Trabalho. Lamentavelmente, parece que o Sr. Ministro deseja ser bajulado, eis que V. Exa. mesmo exemplificou como, em 1971 V. Exa. já fazia pronunciamentos nesta Casa — alás o seu primeiro pronunciamento — pedindo a instalação do Tribunal; vejo daqui a alguns dias, também o Presidente do Banco do Brasil acabar vindo ao Paraná, dizendo que o Diretor do Banco do Brasil para o Paraná é do Rio Grande do Sul, porque a classe política se omitiu, quando nós todos assistimos aqui as reivindicações feitas para que o cargo fosse preenchido por alguém ligado à economia paranaense.

Na verdade o Paraná, isto é mais uma prova, está totalmente abandonado pelo Governo Federal. Agora é preciso que eles tenham pelo menos a dignidade de assumir a responsabilidade desse abandono, e não, de transferi-la para nós. E se Memoriais e discursos — como os de V. Exa. — não serviram para trazer o Tribunal Regional do Trabalho aqui, acho que muito menos o jantar, por mais delicioso que tenha sido, poderá ter influência na decisão do eminente Sr. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho para que se instale aqui o Tribunal Regional do Trabalho.

Muito obrigado a V. Exa., vai aqui uma justificativa, que, eu acredito que a minha presença no jantar do Sr. Ministro teria pouca influência para que aqui instalasse o Tribunal Regional do Trabalho, a menos que Sua Excelência o Sr. Ministro não tenha consciência do que representa verdadeiramente o seu cargo, e exija a presença em jantares, para a instalação do Tribunal Regional do Trabalho.

O SR. LAZARO DUMONT — Nobre Deputado Sebastião Rodrigues, eu informo a V. Exa. de que o Sr. Ministro não pediu o jantar, no Estado do Paraná — foi a classe trabalhadora, foi a classe empresarial, foi a Ordem dos Advogados — a que V. Exa. pertence — foram as entidades do Estado do Paraná que ofereceram ao Sr. Ministro, porque é a primeira vez, é a primeira vez note bem V. Exa., que um Presidente do Tribunal Superior do Trabalho vem ao nosso Estado dizer o que é que nós precisamos, dizer inclusive para se ter o Tribunal, aqui.

O grande problema nosso, do Estado do Paraná é de que, em todas as nossas reivindicações, em todos os nossos Memoriais nós temos taxativamente afirmado o seguinte: que o Governo Federal ou mesmo o Superior Tribunal do Trabalho não leve em consideração o número de ações trabalhistas ajuizadas no Estado do Paraná, pois o número é ínfimo em comparação ao número de trabalhadores que temos no Estado do Paraná, só tem Junta do interior do Estado em Paranaguá, União da Vitória, Ponta Grossa e Londrina. 284 Municípios e não tem Justiça do Trabalho, consequentemente não existe ação trabalhista propriamente dita. Então o número de ações que vai lá é muito pouco. O que queremos com a participação dos Srs. é que quase todos os Srs. Deputados mantenham uma certa ligação de amizade com os Juizes das Comarcas. Precisamos fazer o levantamento das questões ajuizadas nos Foruns para mostrar o volume de reclamações que tem do Estado do Paraná volume este que se fizéssemos há uns trinta anos atrás não existiam as grandes cidades como Umuarama, não existia volume de reclamações trabalhista, hoje existe. O Sr. Ministro deseja não é simplesmente dizer ao Paraná que se faça movimento político, que haja bajulação política, é que os pedidos do Estado do Paraná e os pedidos de Brasília é muito mais ativo. Só temos dois Deputados federais que fizeram pronunciamentos em favor do Paraná, o Sr. Deputado Hermes Macedo que representa a classe empresarial e o Sr. Alípio Ayres de Carvalho que também fez pronunciamento. Então, o que nós sentimos, o que nós pretendemos com isto aqui e nós sinceramente, não queremos dar razão ao Ministro, quando acusa o Estado do Paraná que de uma certa forma há uma série de reivindicações. Neste último memorial que entregamos ao Ministro Alfredo Buzaid neste memorial estava desde o Governador que na época era o Sr. Haroldo Leon Peres, até talvez o menor dos Presidentes das Federações dos Trabalhadores, que possivelmente seja eu. Mas o que mais sentimos é que mandamos o memorial e paramos um pouco. Então, temos que ativar

isto, porque precisamos por fogo na fogueira. Não deixar o fogo apagar e com muito boa vontade darei o aparte aos Srs. Deputados Arthur de Souza e Lopes Jr.

O Sr. Arthur de Souza — Queríamos assegurar a V. Exa. que os Municípios que representamos e que são sede de comarca, junto a estes juizes nos pleitearemos o que V. Exa. deseja, ou seja o número de processos ajuizados em questões trabalhistas para que somando estas questões e estes ajuizamentos do Paraná, surja este elemento contribuinte para que nós obtenhamos o que desejamos e pelo qual temos lutado a tanto tempo, porque quando o Sr. Ministro disse que a classe política não se interessava pelo problema, talvez quisesse se referir ao período atual, porque em tempos passados se rebuscamos os Anais desta Casa, diversos Deputados já, aqui, em Legislaturas passadas, debateram este assunto e fizeram pronunciamento reivindicando o que hoje com mais veemência se pede. Obrigado.

O SR. LAZARO DUMONT — Antes de dar um aparte ao Sr. Deputado Lopes Junior, agradeço o aparte de V. Exa. e desejo dizer o seguinte. O Ministro, num trecho do seu discurso disse que considerava indispensável a participação do Estado e do Legislativo. Neste sentido então, nós também desejamos organizar nossa Casa, como dissemos, e para isso é preciso, Srs. Deputados, nos empenharmos numa luta do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado.

O Sr. Antonio Lopes Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Sr. Deputado Lázaro Dumont V. Exa. aborda o assunto da mais alta expressão e valor. Quero levar meu apoio aos ilustres colegas, Srs. Deputados, que atuem junto conosco no sentido de fazer um levantamento realístico da Vara na Justiça do Trabalho em nosso Estado.

Quero dizer apenas que esse trabalho foi realizado já o ano passado pela Federação do Comércio Varejista no Estado do Paraná, através do Vocal da 3.a Junta Sr. Lourival Wendler, que é membro desta entidade. Foi feito levantamento total no Estado do Paraná, com solicitação enviada e atendida pelos Senhores juizes da Comarca para que se aquilatasse do número exato de reclamações existentes em todo o Estado do Paraná. Entretanto vale a pena repetir o trabalho, por essa nossa Casa.

O SR. LAZARO DUMONT — Muito obrigado, Deputado Antonio Lopes Junior. Sr. Presidente, um dos motivos também da nossa presença na Tribuna de hoje é o Requerimento que estamos encaminhando à Mesa e solicitando aos Srs. Deputados que aproveiem, encaminhando ao Sr. Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, congratulando-nos pela vinda deste ilustre cidadão do Rio Grande do Sul que se considera paranaense. A importância do pronunciamento nesta época é que o próprio Presidente do Superior Tribunal do Trabalho disse no discurso do jantar no Rio Grande do Sul, disse que nem lá na sua terra natal, no interior do Rio Grande do Sul, ele recebeu uma homenagem e que era tratado com tanto carinho, como era tratado no Estado do Paraná.

Queremos aproveitar esta oportunidade, esta maneira afetiva de um dos homens que tem que dar o seu voto para a criação do Tribunal aqui no Paraná. E sinceramente não é porque trazemos o problema agora, este ano ou o ano passado e porque queremos colher os louros da vitória, se for criado o Tribunal e acreditamos que mais cedo ou mais tarde, será criado, porque essa luta vem desde 1943, há 30 anos atrás e praticamente ainda era criança naquela época e nem sonhava em participar de uma luta, para a criação do Tribunal no Estado; a única coisa que estamos fazendo é trazer este assunto para junto dos Srs. Deputados, das classes empresariais, da classe de trabalhadores profissionais liberais e junto com todo o Estado do Paraná, para que o Paraná venha a ter realmente isto que ele está desejando e precisando ter, há 30 anos.

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente Srs. Deputados. No dia 31 de março, quando se comemorava o Aniversário da Revolução, estive na cidade de Iporã, representando, na solenidade de inauguração do Forum, o Governador em exercício, Deputado João Mansur.

Naquela mesma ocasião, pude sentir que reinava a euforia entre as autoridades presentes, eis que se faziam representar ali, Prefeitos, Vereadores de quase todos os Municípios da região.

Tão logo houve a solenidade de inauguração do Forum daquela Comarca, acompanhados que estávamos de S. Exa. o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Alceste Ribas de Macedo, fomos convidados a uma sessão solene que ocorreu na Câmara de Vereadores e então recebemos o título de Cidadão Honorário para ser entregue ao Deputado João Mansur, cujo documento, Sr. Presidente, é digno de nota porque diz aqui, entre outras coisas "pelos relevantes serviços prestados à coletividade iporense durante a sua permanência no cargo de Governador do Estado do Paraná".

Está de parabéns, portanto, o nobre Deputado João Mansur que neste curto espaço de tempo conseguiu sensibilizar todo o Estado do Paraná e aqui estamos, nesta oportunidade, para nos parabenizarmos com o Presidente desta Casa e também com o Governador Pedro Viriato Parigot de Souza que com a sensibilidade que lhe é peculiar, soube indicar o nome honrado e digno do Sr. Deputado João Mansur para presidir este Poder.

Portanto, neste momento, gostaria de, cumprindo esta missão, cumprindo também o desejo do povo e da Câmara de Vereadores, entregar a este companheiro, nobre Deputado João Mansur, com o abraço daquela gente e daquele povo, este título de Cidadão Honorário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Quero inicialmente dizer que, quando no exercício do Governo do Estado, por razões superiores não pude comparecer a Iporã, atendendo o convite que havia sido feito pelas autoridades daquele Município, a fim de receber o título de Cidadão Honorário.

Agradeço ao Deputado Paulo Poli por ter me representado naquela ocasião e quero externar de público meus agradecimentos ao povo daquele Município e solicitar ao Deputado Paulo Poli que informe à população e às autoridades de Iporã que dentro em breve pretendo pessoalmente comparecer aquele Município para agradecer este título que me concederam de Cidadão Honorário daquele Município. Guardarei o título como uma recordação, e que muito me servirá de estímulo para que prossiga na vida pública dando um pouco de mim em favor do povo do Paraná e em favor de sua gente.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115-72, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que transfere ao D.E.R., a Rodovia Faxinal-Grandes Rios, passando por Porto Perigoso, bifurcando rumo ao Distrito de Rosário, Município de Ortigueira, e daí em diante toma a direção do Distrito de Rio Branco, Município de Grandes Rios, terminando em Cândido de Abreu. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191-72, de autoria do Dep. Cândido M. M. de Oliveira, que cria o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome e Território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, com Emenda.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123-72, de autoria do Dep. Quíselo Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Transportes, asfaltar o trecho de estrada, entre a cidade de São José dos Pinhais e a BR-486. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151-72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, dispõe sobre a implantação obrigatória pelo Estado, do Registro Postal para envio de avisos de débitos a contribuintes ou usuários de serviços e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 151-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Estado promoverá junto aos seus órgãos tributários e sociedades de economia mista ou empresas públicas das quais seja acionista majoritário, a implantação obrigatória de Registro Postal para o envio de avisos de débito a contribuintes ou usuários de serviços.

Parágrafo Único — Os avisos de débitos mencionados no Artigo deverão informar, também, a importância que será dispêndida pelo contribuinte ou usuário de serviços caso ocorra ajuizamento de cobrança executiva, que por ele venha a ser sustada antes da indicação de bens à penhora, calculada na forma prevista pelo Regulamento de Custas da Lei de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões 11 de setembro de 1972

a) — Deputado Erondy Silvério

JUSTIFICAÇÃO:

Os avisos de lançamentos fiscais ou de cobrança de serviços devem ser entregues ao contribuinte ou usuário de serviços com todas as garantias de que deles realmente tomou ciência. Tem-se verificado que, pelo descuido na entrega, onera-se o contribuinte com as consequências de mora, ressentindo-se, em contraste com a presteza com que o fisco ou empresa de serviços notifica, em contraste com a presteza com que executa judicialmente.

Por outro lado, para dinamização das cobranças e proteção do contribuinte ou usuário de serviços, é necessário que seja também advertido dos emolumentos, taxas, juros e custas que gravarão seu débito caso venha a ser judicialmente reclamado. Essa providência, ao lado de estimular pontual pagamento, evitará que haja pelos cartórios abuso no cálculo, irregularidade de difícil constatação pelo comum do povo. Considerando que a incidência das despesas judiciárias é percentual fixo para todos os débitos, antes da nomeação de bens à penhora, fácil será acrescentar seu cálculo nos avisos.

Ao lado das indicações de pagamento com bonificação, com multa ou outras, constaria também a que discriminasse a importância a ser paga na eventualidade de pagamento que já em juízo suste a execução.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 151-72

PARECER

O presente plano de Lei merece aprovação desta Comissão, uma vez que não contraria dispositivo de ordem legal ou constitucional.

Sala das Comissões, em 11-10-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Santos Lima

Ovídio Franzoni

Erondy Silvério

Igo Losso

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 151-72

PARECER

1) Com o presente plano de lei pretende o nobre deputado Erondy Silvério, a implantação do registro postal para os avisos de débito.

2) A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao mesmo. Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela aprovação do projeto.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159-72, de autoria do Dep. Cândido M. M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo enquadrar no nível 22 do Quadro Próprio do Magistério Estadual, diretores de estabelecimentos oficiais de Ensino Primário, que preencham requisitos exigidos por lei. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 159-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a enquadrar no nível 22 do Quadro Próprio do Magistério Estadual os Diretores de Estabelecimentos Ofi-

ciais de Ensino Primário que estejam na função há mais de três anos e preencham os requisitos de habilitação exigidos por lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1972

a) — Dep. Cândido M. M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

Não é preciso ser educador ou pedagogo para avaliar a importância de uma Diretoria de Estabelecimento de Ensino no desenvolvimento dos trabalhos de uma Escola. Além dos requisitos exigidos para o professor perfeito, deve a Diretora preencher outros tantos, como capacidade administrativa, espírito de organização, liderança natural, a par de um amor desmedido às crianças que tem sob sua guarda e um devotamento total à sua escola e às professoras que sob seu comando trabalham. E são esses postos de verdadeiro sacrifício destinados, em regra geral às mestras mais antigas, testadas na arte de ensinar e de comprovada disposição para a função mais espinhosa na escala administrativa-educacional. Se o seu trabalho sempre foi difícil, espinhoso e delicado, hoje, mais do que nunca, no instante que se deseja implantar a reforma do ensino em todo o Brasil, ele avulta sobremaneira, uma vez que sobre os ombros da Diretora da Escola foi atirada a responsabilidade de estudar, planejar e implantar, gradativamente, as mudanças previstas em lei. Com vistas a esse trabalho, os órgãos educacionais do Paraná criaram uma série de atrativos financeiros e melhorias salariais às professoras que se integram no processo de reforma e, habilitadas de acordo com as normas legais, venham a exercer suas atividades em Grupos Escolares onde o Ensino Fundamental de Primeiro Grau esteja sendo implementado. Esqueceu-se, entretanto, injustificadamente, a principal figura da estrutura escolar, a Diretora do Estabelecimento. Percebem elas, além dos desatualizados vencimentos correspondentes ao seu padrão de professora de nível primário uma irrisória gratificação de função prevista na legislação vigente.

Assim sendo e entendendo que esta Assembléia Legislativa pode e deve, através de Projetos de Lei, tentar corrigir desníveis e auxiliar o Poder Executivo em sua tarefa de estruturar o seu Quadro de funcionalismo, de maneira a recompensar os seus integrantes com justiça e equidade, esperamos que este Plano de Lei venha merecer o indispensável apoio dos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 159-72

PARECER

1) O ilustre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira com o presente plano de lei, autoriza o Poder Executivo a enquadrar no nível 22, do Quadro Próprio do Magistério Estadual, os diretores de estabelecimentos oficiais de Ensino Primário que estejam na função há mais de três anos e preencham os requisitos de habilitação exigidos por lei.

2) Trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não razão pela qual não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhê-la nesta Comissão.

3) Assim sendo, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1972

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Emílio Carazzai

Santos Lima

Maurício Fruct

Luiz Roberto Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 159-72

PARECER

1) O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2) Tratando-se de medida meramente autorizatória, não vemos óbice, no âmbito desta Comissão, que se lhe possa opor.

3) Somos, portanto, pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente

Jorge Sato — Relator

David Federmann

Antônio Belinati

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hiro Vieira, ex-Prefeito Municipal de Mandaguçu. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hiro Vieira, ex-Prefeito Municipal de Mandaguçu. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 211-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 23-73 — 37-73, 38-73 e ao Projeto de Resolução n.º 12-73. Aprovado.

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, lido da Tribuna, solicitando informações da Comissão Executiva da Casa, referentes a aquisições de novas linhas telefônicas. A Comissão Executiva da Casa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, pela passagem de seu 12.º aniversário. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo e de congratulações ao Sr. Ministro Mozart Victor Russomano, eminente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, pela visita que vem de fazer ao nosso Estado, para inteirar-se dos assuntos relacionados à Justiça do Trabalho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento em trágico acidente, das Senhoras Neuza Bachara e Amélia Tauil. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buifara, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que determine providências necessárias ao reparo do telhamento do Grupo Escolar "São Paulo Apóstolo", localizado no bairro de Uberaba. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123-72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 151-72 e 159-72.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168-72.